

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL E DE**
2 **PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DO CEIVAP – DIA 1º DE OUTUBRO DE 2002-RESENDE-**
3 **RJ.**

4 A reunião foi iniciada pelo Secretário Executivo do CEIVAP as 10:00 horas. Inicialmente, destacou a
5 presença de Henrique Nora, representante regional da FIRJAN/CIRJ e ele passou a palavra. Este,
6 agradecimento ao convite em nome do Setor Industrial do Sul Fluminense, passou a colocar sua visão
7 sobre a cobrança pelo uso da água no Paraíba do Sul. Referiu-se, inicialmente, ao documento
8 **“COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL-**
9 **Posicionamento da Representação Regional da FIRJAN/CIRJ no Sul Fluminense”**, entregue ao
10 Presidente da ANA. Em seguida passou a comentar esse documento. Relatou que a indústria do sul
11 fluminense não está contrária ao processo, mas manifesta preocupações sobre a forma como assunto
12 está sendo conduzido. Atualmente o Paraíba recebe volumosa carga de dejetos, 90% dos quais
13 identificados pela ANA como esgotos domésticos. Ações imediatas precisam ser tomadas para
14 minimizar esse problema. A indústria vem fazendo seu dever de casa, empreendendo vultosos
15 investimentos em tratamento de esgoto. A pesquisa realizada pela FIRJAN não deixa margem a
16 dúvidas, e sua associação não se nega a participar, desde que todos os setores o façam, e a partir do
17 primeiro momento, e não da forma a eleger um ou dois setores usuários para dar início ao processo.
18 Outra questão preocupante na aplicação do princípio-poluidor-pagador, é a de que todos os usuários
19 paguem. A cobrança estimulada o uso racional, portanto não cabe à cobrança simbólica, ou com
20 desconto, para categorias de usuários, como se procurou fazer com a agricultura. Deve haver isonomia,
21 todos devem pagar, não sendo justo que uns paguem por outros, mesmo que temporariamente. Assim,
22 os usuários do saneamento e indústria não devem iniciar o pagamento sem que todos os demais
23 também o façam. Referindo-se à transposição, referiu-se que ela “deixa seco” cerca de 100 km de rio
24 no trecho a jusante de onde é feita, situação que vai de Santa Cecília ao município de Três Rios,
25 condição que impõe limites ao assentamento de novas indústrias. A grave situação do rio Piraí(Barra
26 do Piraí não é mais a barra do rio Piraí, a nova barra do Piraí agora é Santa Cicília e Vigário). Entende
27 como fundamental a cobrança dos 180 m³/s derivados do Paraíba para Guandu. Questiona se os
28 usuários Guandu pagariam *royalties* ao Paraíba. O comitê do Guandu estaria disposto a pagar ao
29 Paraíba ou investiria esse dinheiro arrecadado lá? Portanto, defende que a cobrança seja simultânea
30 nos rios Paraíba, Guandu e Lagoa Feia. Para tanto deveriam ser previamente solucionados os
31 problemas nos 100 km a jusante de Santa Cecília, até a cidade de Três Rios, e também os do Rio Piraí.
32 Concluindo, disse que ou atacaríamos todos esses aspectos ou o programa estaria destinado ao
33 fracasso. Destacou a necessidade de que seja estabelecido um cronograma para a implantação da
34 cobrança em todas as bacias nacionais; garantida a aplicação dos recursos integralmente na bacia,
35 lembrando o corrido com a CPMF. Destacou a falta de outorgas e cadastros é outro obstáculo como
36 problema para o início da cobrança. Encerrou sua exposição as 10:30, deixando documento referido,
37 que embasou seu posicionamento, o qual passou a ser reproduzido para distribuição aos presentes, aqui
38 inserido como ANEXO. O secretário Edilson sugeriu inversão de pauta, deixando a ata para o final, a
39 qual foi acatada pelo grupo. Por outro lado, Zeila lembrou que as adições solicitadas para serem
40 inseridas na ata não tinham sido agregadas, e que por isso a apreciação estaria prejudicada, ao que
41 Flávio sugeriu fossem enviadas ao Escritório Técnico as redações propostas, pois assim se evitaria
42 involuntárias omissões. Em seguida, passando ao segundo tópico da Agenda (implementação da
43 Deliberação CEIVAP8/01), a palavra foi concedida ao Coordenador da CT. Coimbra (Coordenador
44 CT) iniciou dizendo que a CT passava à fase final dessa etapa, e que no dia 17 teremos a reunião no
45 CEIVAP em São José os Campos para deliberar sobre nosso trabalho. Defendeu que o processo está
46 maduro, que haverá de produzir os resultados esperados para as águas do Paraíba do Sul, e
47 encaminhou para a discussão sobre a Síntese do Plano de Recursos Hídricos para a fase inicial da
48 cobrança. Solicitando a palavra, Marilena Ramos (FGV) qualificou o documento como bom, mas
49 sugeria pequenas agregações: a primeira, de que a cobrança é para toda a bacia, tal como definido na
50 Deliberação CEIVAP 8, e não só para a calha do Paraíba, como aparece no Quadro 18 (página 65).
51 Referiu-se também, ao organograma da Figura 9, (página 26), onde se deve precisar que a Agência e
52 da Bacia do Paraíba do Sul (e não do CEIVAP, como consta). Em continuação Jorge (Comitê
53 Paulista): a cobrança em São Paulo antecede a lei 9433, e o Estado tem seu direito de cobrar as águas
54 do Estado. Em relação à transposição, o enfoque apresentando é precário, destacando que os
55 reservatórios de cabeceira estão baixando sistematicamente, afetando cidades que utilizavam
56 reservatórios para turismo e lazer, havendo problemas localizados de abastecimento público. Marcelo
57 Alvim (ONG): referindo – se a reuniões havidas em São Paulo, colocou que a questão da mineração é
58 tratada como estadual, com o que não concorda. O problema das cavas é sério (não cabendo o que

59 consta no item 3.9.5, quando não estando sujeitas a cobrança.). Na página 60, a referência a que o
60 assunto seja tratado em conjunto com o Comitê Guandu, seria imprópria. Patrícia Boson informou que
61 lera o trabalho completo (oito volumes), mas não a síntese . Qualificou o que leu como “brilhante
62 trabalho, com vigor técnico”. Embora não tenha lido a síntese, esta lhe pareceu extensa. Acha que
63 deveria ser aprovado para envio ao comitê apenas o programa de investimentos. Em seguida, teceu
64 extenso comentário sobre os oitos volumes, que foram respaldados por documento escrito, que foi
65 distribuído a todos (anexo) Aparecida (Comitê Pomba – Muriae) elogiou o trabalho desenvolvido pela
66 equipe da COPPE. Discordou apenas de citação na página 27 – último parágrafo, última frase –
67 discorda de seu teor por acreditar que, ao contrário do que está escrito, organismos de bacia
68 contribuem para a harmonização do trabalho da bacia, e espera sejam procedidas as retificações. Júlio
69 Targa (Agricultura de Taubaté): elogiou o trabalho da COPPE e, referindo – se à apresentação do
70 representante da FIRJAN, disse que a preocupação deve ser não só com qualidade, mas também com
71 quantidade. Disse que o setor agropecuário. Discordou de referências a dados do setor apresentados na
72 intervenção de Patrícia Boson. João Bosco (Sec. Agricultura S. Paulo). Referindo – se aos dados
73 citados pela Patricia Boson, disse que os dados por ela apresentados devem ser médios da bacia, pois
74 elas não representam a realidade de São Paulo, tendo solicitado acesso aos mesmos. Em relação aos
75 dados de extração de areia em cava, defendeu que o setor minerário é diferenciado (citou a página 59,
76 onde a citação da atividade, como industrial, seu ver é imprópria). A palavra foi passada pra Jander
77 (ABRH), que como coordenador do trabalho da COPPE passou a esclarecer os questionamentos
78 levantados. Referiu- se às observações de Marilena, pois no seu entender o critério de cobrança é
79 válido apenas para águas federais. Quanto a observações de Jorge, falou que a discussão da cobrança
80 está sendo travada, que o documento apenas apresenta a proposta COPPE, a qual será adaptada em
81 função do que seja liberado na CT- CEIVAP. Em relação à observação do Marcelo, acredita que a
82 questão de impacto nas no rio é um assunto complexo, que requer investigações complementares, para
83 se saber se a água vem do rio ou do manancial subterrâneo, referindo – se a ter conhecimento de
84 estudos dessa natureza, realizados em outros contextos, com o auxílio de traçadores. Referindo – se às
85 observações e propostas de Patrícia, que a decisão sobre o que encaminhar ao CEIVAP, se todo plano
86 ou só a proposta de investimentos, é uma decisão a ser tomada nesta reunião , posicionando- se
87 favoravelmente à primeira hipótese. Quanto a forma de atuação da agência, se ela seria também um
88 banco de investimentos, é uma questão que precisa ser definida nas discussões em andamento, pois é
89 complexa, com várias implicações que transcendem o âmbito CEIVAP. Referindo – se às observações
90 de Aparecida, Jander falou que o objetivo das observações a que ela se referiu foi contribuir, e não
91 criticar. Dialogando com Aparecida, concordou em modificar o texto, de forma a acolher suas
92 observações. Dilma Pereira (ANA) falou que a previsão de recursos da cobrança mostra valores
93 pequenos para enfrentar o problema de tratamento de esgotos, e a União está trabalhando para alocar
94 recursos fiscais para enfrentar o problema na sua real dimensão. Zeila (Votorantim) – concordou com
95 as colocações de Patrícia. Referiu- se à questão da representatividade dos integrantes, que podem estar
96 expressando posicionamentos pessoais. A indústria paulista não concorda com a posição do Jorge
97 quanto a possibilidade de isenção de segmentos, quaisquer que sejam os setores. Marilena (FGV)
98 destacou que a Deliberação 8 fala de cobrança na bacia, e que não abriria mão dessa visão, mesmo
99 respeitando a independência e autonomia dos estados. Propôs que o relatório síntese espelha o geral, e
100 que nele se centre as observações, de modo a corrigir o que seja necessário para encaminhamento à
101 aprovação do CEIVAP. Cláudio Serricchio (Escritório Técnico) – Referiu – se a estarmos próximos de
102 atender a meta da Deliberação 8. Referindo –se à Patrícia , disse achar que não era o caso de analisar
103 em detalhes os 8 volumes, mas a síntese, que tem o mérito de restringir o volume e o foco da
104 discussão, e que se deverá deliberar com base em seu conteúdo. Referiu- se a que, um documento que
105 trata da complexidade dos problemas hídricos do Paraíba, como o presente, é natural que se levantem
106 questionamentos sobre sua abrangência. Destacou particularmente, suas preocupações com a
107 disponibilidade hídrica da bacia, a necessidade de se rever a operação hidráulica do sistema, à
108 necessidade de estudos hidrológicos mais aprofundados, esperando que esses temas sejam tratados
109 com a profundidade devida no Plano 2003 – 2007, em fase de conclusão. Luiz Cláudio – CSN, falando
110 em nome desta, colocou-se disposto a pagar, mas destacou que tem estado envolvido nesse processo há
111 vários anos, e outros setores usuários agora é que se aproximam da discussão, e por conta disso,
112 concluiu que o momento para início da cobrança não seria agora. Francisco Viana (ANA)- O que está
113 sendo proposta para discussão é o plano para a implementação da cobrança, conforme Deliberação 8, e
114 que questões mais amplas seriam objeto de futuros planos, a serem feitos pela agência. Júlio
115 Targa(Agricultura de Taubaté)- Abordou a questão da representatividade, defendendo que os presentes
116 são representativos. Reiterou que o setor hidroagrícola não quer ficar fora da cobrança, mas ser

117 considerado com suas peculiaridades. Destacou que o setor considera que a transposição tem que estar
118 incluída no processo. Leomax(Escritório Técnico)- Referiu-se a questões levantadas por Luis Cláudio
119 e Henrique Nora, precisamente sobre o adiamento do início da cobrança. Colocou-se preocupado com
120 essa postura, que denominou de “Síndrome da Reinicialização”. Destacou que a mesma não tem
121 sentido, pois o CEIVAP, em 06 de dezembro de 2001, deliberou que tudo o que até então eram
122 pendências (regularização de usos, outorga, plano, agência e cobrança) deveria estar solucionado até o
123 fim de 2002. Essa corajosa atitude resultava do amadurecimento do processo de gestão na bacia,
124 destacando a decisão da ANA de assumir o papel que cabe ao governo federal no processo. Concluiu
125 dizendo que o CEIVAP precisa passar a um novo patamar, que a CT precisa dar a chance para que isso
126 ocorra, tratando-se a gestão de um processo, os ajustes de rumo em planos, propostas e projetos serão
127 uma constante, pois assim é a evolução esperada. Wagner(Light) –O percentual de 0,75% do
128 faturamento do setor já é o pagamento do setor elétrico. Isso, e mais 6% que vai para Estados,
129 Municípios e para outros órgãos federais, para aplicação em recursos hídricos. Referindo-se à
130 discussão da retirada de areia, destacou que esta cingiu-se a cavas, mas a retirada direta em calha
131 precisa ser tratada com igual importância, em face de suas consequências para a hidrologia da calha e
132 da bacia como um todo. Mauro Viegas(FIRJAN) –reiterou sua posição em favor da cobrança. Falou
133 que o que percebe no Rio de Janeiro é uma tendência do setor industrial a exigir que todos os setores
134 paguem, inclusive a transposição, já no início do processo. Não sabe se esta é a posição dos outros
135 estados (FIESP e FIEMG). Dilma Pereira(ANA)- Participa das preocupações do Dr. Mauro. Referiu-se
136 que a questão água está na pauta no mais alto nível mundial. Falou que os usuários de uma bacia
137 regularizada terão um diferencial nos anos futuros, pois o gerenciamento dos recursos hídricos será
138 critério de cidadania. Falou da importância de assumirmos os compromissos já assumidos, e darmos
139 consequências ao que já foi decidido pelo CEIVAP. Falou do conceito de “Virtude Cívica”, como um
140 valor a ser cultivado no Brasil, e a importância de que tenhamos presentes esses conceitos. O
141 Secretários Executivo decidiu transferir a votação referente o encaminhamento do plano para o final da
142 reunião, e sugeriu as 13:30, que fosse feito intervalo para almoço. Retornando as 15:00h, o Secretário
143 Executivo reiniciou o trabalho, passando ao próximo item da pauta: Processo de Regularização dos
144 Usos, a palavra dada ao representante da ANA. Francisco Viana(ANA) informou sobre o andamento
145 do processo de regularização em curso na ANA. A informação que será prestada no processo
146 abrangerá todos os usuários, mesmo os que já tenham sido outorgados e, ao cadastrar, a situação do
147 usuário estará legalizada, a informação prestada considerada correta, até prova em contrário. O
148 cadastramento não é voluntário: todos estão obrigados a fazê-lo, conforme determina a lei 9433, e a
149 campanha na mídia para o cadastramento se prolongará até o 16 de dezembro. Entretanto, os usuários
150 que não se cadastrarem nesse período serão considerados ilegais, e estarão sujeitos às penalidades
151 previstas. Pôster e panfletos de divulgação do cadastramento, que já estão circulando na bacia, foram
152 distribuídos aos presentes. Virgínia Calaes (Escritório Técnico) – Falou sobre a campanha de mídia na
153 região, e panfletos de divulgação apresentados. A campanha vai ser divulgada em 14 jornais da
154 imprensa regional, previstas 16 inserções. A campanha na TV Globo terá o total de 70 inserções,
155 distribuídas nos programas: (Globo Repórter, Bom dia Brasil, Novela das 8, Jornal Nacional e Jornal
156 Regional, RJ-TV, SP-TV, MG-TV, Jornal Hoje, Fantástico). As inserções se darão durante 27 dias,
157 nos períodos de 8 a 25 de outubro e 22 a 30 de novembro. Informou ainda que, ao consultar a
158 Superintendência de Outorga da ANA, foi informada de que, desde 16 de setembro até hoje, a
159 estatística mostra que houve 250 ligações para 0800, e 107 usuários baixaram o programa. Destacou
160 importância do apoio de todos para a divulgação da campanha. Zeila(Votorantim) perguntou se as
161 Sugestões por ela apresentadas no treinamento foram inseridas no sistema, ao que o representante da
162 ANA (Viana) informou que as sugestões estão sendo introduzidas , algumas demoram mais que outra
163 mas a idéia é aproveitar sugestões. Falou ainda que retorno dos dos formulários preenchidos no final
164 do processo é um fato no Brasil (vide imposto de renda), e que não espera que seja diferente neste
165 caso. Passando ao último item da pauta, Secretário Edílson apresentou a proposta do Conselho de
166 Administração da Agência, os membros natos e eleitos. Questionado que não teria havido a divulgação
167 adequada entre os membros do CEIVAP, o Eng. Flávio informou que todos foram informados, uma
168 vez que ele percorreu toda bacia entregando às instituições a documentação para adesão e indicação de
169 representantes. Passando aos usos insignificantes, Edílson recapitulou o que já foi em reunião anterior
170 da CT. Em seguida, Jander apresentou a tabela com a síntese dos critérios propostos pela COPPE,
171 destacando que a essas propostas , outras estavam sendo desenvolvidas por integrantes do setor
172 agrícola, e transferiu a palavra para Edílson , para este relatar três reuniões recentes sobre o tema, em :
173 Guaratinguetá, Sindicato Rural de Muriaé, e Associação dos Plantadores de Cana de Campos. Após
174 esse relato, a palavra foi passada ao Jorge (CBH-SP), que procurou caracterizar o setor agrícola como

175 diferenciado, por ser ao mesmo tempo usuário e produtor de água. Apresentou a proposta de que
176 agrícola seja cobrado de modo a não ser onerado no máximo em 0,5% do custo de produção. Passou a
177 palavra a Carlos de Arruda Camargo (Setor Agrícola de Taubaté), para defender a proposta do setor
178 agrícola. Este, apresentando transparências, procurou ressaltar as peculiaridades do setor agrícola.
179 Passou a defender um PPU que seja viável para o setor. Adiantou que o PPU é tal que não pode
180 resultar em mais de 0,5% de custo de produção. Viana (ANA) colocou que vem acompanhando os
181 estudos que estão sendo feitos em Taubaté, a ANA está colaborando com eles, e acha que os avanços
182 desses estudos são importantes, e a recomendação que faz é de que o CEIVAP é que considere a
183 proposta dos 0,5% dos custos de produção como critério inicial para aprovação da cobrança, e que
184 após a conclusão desses estudos, o comitê reavaliaria os critérios, à luz de seus resultados. Julho Targa
185 (Agricultura de Taubaté) defendeu descontos maiores para o setor agrícola, e solicitou a Marcelo
186 Targa que apresentasse a questão do balanço hídrico positivo da rizicultura, pois também utilizam água
187 de chuva (o que reduz a necessidade de captação), e a parte do volume captado é devolvido ao
188 manancial no final do ciclo de produção, merecendo por isso um desconto. Jander defendeu a proposta
189 apresentada de cobrar até 0,5% do custo de produção, o que sugeriu que fosse votada. Leomax, dando
190 sequência a proposta de Jander, colocou que as avaliações antes realizadas pela COPPE limitavam a
191 1% os custos de produção, o que tinha levado o PPU proposto para o setor agrícola para R\$ 0,0005/m³,
192 que passaria então a ser o valor de referência para início da cobrança. Viana reiterou que esse critério
193 seria válido inicialmente, até que fossem produzidos resultados dos estudos em andamento, quando
194 seriam revistos. Aceita a proposição pelos representantes do setor agrícola, foi considerada aprovada a
195 proposta. Em seguida, o Secretário Edílson encaminhou a questão da cobrança pela extração de areia,
196 separando a exploração na calha em cavas, já que a água é de domínios diferentes, conforme destacou
197 Marcelo Alvim. Assim sendo, encaminhou que a mineração de areia no leito do rio (calha do Paraíba),
198 terá um prazo de no máximo um ano do início efetivo da cobrança, contados a partir para ter a
199 cobrança iniciada, a partir para se definir um critério para cobrança podendo esse prazo ser reduzido,
200 caso nesse período seja solucionada a questão da outorga para esse uso. A exploração em cavas ficaria
201 para discussão no âmbito dos sistemas estaduais, já que a água envolvida é água subterrânea. A
202 proposta foi aceita. Passando a questão da transposição, o Dr Jander deixou claro que a Light não pode
203 ser encarada como única usuária, já que há todo um conjunto de usuários no Guandu, que utilizam essa
204 água, destacando o problema da outorga desses usuários, haja vista a proposta apresentada pela ANA
205 que colocou três opções para a organização dos usuários, e perguntou ao representante do Comitê
206 Guandu, qual a visão que tem do problema. O Nicodemos (Secretário do Comitê Guandu) falou que o
207 Comitê Guandu estava apenas começando, fez sua primeira reunião no último dia 12, mas há uma
208 consciência de que parte da cobrança na bacia tem que ser revertida para o Paraíba. O trabalho está
209 sendo iniciado, estruturado como será o plano da bacia, e os usuários do Guandu estão sendo
210 mobilizados. Retomando o tema que já abordara, Jorge mostrou as fotos para enfatizar sua
211 argumentação sobre os problemas decorrentes de falta de água no trecho paulista (município de
212 Redenção da Serra), argumentando que a transposição afetam as disponibilidades nos reservatórios
213 paulistas, afirmação que foi em seguida contestada por Fernando Lino (LIGHT), ao dizer que embora
214 respeitando a visão de Jorge discordava de suas afirmações, colocando que a partir da implantação do
215 gerenciamento da bacia a questão dos conflitos terão outros insumos para ser avaliados, pois outros
216 setores usuários podem estar interferindo no problema dos reservatórios. Continuou falando da
217 complexidade do Paraíba (rio federal) cobrar do Guandu (rio estadual). Acha que essa questão só será
218 resolvida com boa vontade e muito esforço de entendimento. Lembrou que a vontade de cobrar do
219 CEIVAP está pesando no Comitê do Guandu. Jander deixou claro que as regras de operação dos
220 reservatórios de montante não melhorará necessariamente, pois o que vai resolver esse problema é
221 fazer um plano de recuperação desses reservatórios, destacando que o ONS poderia ser convidada a vir
222 ao CEIVAP para falar desse assunto. Flavio Lyra destacou que a condição precária atual é
223 consequência do deplecionamento durante o recente racionamento, posição que foi contestada pelo
224 Lino, que argumentou que a operação dos reservatórios do Paraíba é feita em separado, e não houve
225 sobre – geração naquele período na bacia. Urbano Patto falou da importância de se rever a Portaria 22,
226 que deveria ser criado um grupo envolvendo a ANA, ONS, CEIVAP e quem mais compita, para
227 solucionar o problema dos reservatórios. Sugere no momento que o Comitê Guandu defina um prazo
228 para apresentar sua proposta sobre o pagamento, negociando esse comprometimento com o CEIVAP,
229 em face da complexidade do assunto. Essa posição foi reiterada por Júlio Targa, destacando que se
230 faça um pacto com o Comitê Guandu, assegurando que num prazo definido seja resolvido esse
231 problema no âmbito dos dois comitês. Coimbra lembrou que a Light implantou esse sistema a 50 anos
232 atrás, existe a complexidade reconhecida por todos, e propôs que seja marcada a reunião conjunta de

233 CT's do CEIVAP e Guandu, para definir essa questão. Mauro Viegas se comprometeu em promover
234 essa reunião, que marcaria a partir do dia 17. Cláudio Serricchio reiterou a importância da reunião
235 conjunta das duas CT's, e que nela deveria se avançar na questão de repartição dos recursos
236 arrecadados, tendo em vista sua aplicação nos dois planos de ambas as bacias. Destacou que a primeira
237 é da outorga, que não pode ser dada só a LIGHT. Destacou o art. 14 – Parágrafo Primeiro, da lei 9433,
238 que dispõe sobre a transferência DAE outorga federal para os estados. Destacou a importância do
239 envolvimento do estado do RJ, que não tem participado das últimas reuniões desta CT. Referindo – se
240 a transposição, Marilena defendeu que o valor de 0,75% pago pela Light é a questão solucionada para
241 os demais usuários. Zeila falou que não vê perspectiva de se resolver essa questão hoje, e reforçou que,
242 o que daria para levar na reunião do dia 17, é apenas a agência, já que não estaria completa a proposta.
243 Edílson argumentou que se poderia levar a proposta de cobrança disponível, e se definiria um prazo
244 para consolidar a questão da transposição. Daí, propôs Edílson que a transposição seja cobrada no
245 prazo de até um ano, e caso seja resolvida as questões de outorga e do plano, na bacia do Guandu, o
246 início da cobrança seria antecipado. João (Kaiser) falou que essa questão deveria ser formalizada pelo
247 Comitê Guandu, antes do dia 17, e deixar amarrado que os 0,75% já pagos pela Light deverá retornar
248 para a bacia do Paraíba. Nicodemos (Comitê Guandu) falou que pode levar essas propostas ao
249 colegiado, mas não há prazo regimental para convocar reunião para definir essa matéria até dia 17.
250 Entretanto, poderia convocar reunião da diretoria, e definir a questão nesse nível, sujeito ao *ad*
251 *referendum* do plenário. Patrícia Bóson (FIEMG) falou que de maneira análoga ao setor agrícola, que
252 teve sua proposta inicial aprovada, seja dado ao setor de mineração um prazo para resolver suas
253 pendências, e da mesma forma, para as pendências do Guandu. Recomendou que será necessário fazer
254 um encaminhamento em separado sobre a questão. Falando pelos usuários industriais, concordou que
255 fossem atribuídos os prazos para a solução das pendências relativas a extração de areia e transposição,
256 e uma vez iniciada a cobrança, se transcorrido esses prazos esses segmentos não estivessem pagando,
257 os usuários industriais interromperiam o pagamento. Zeila (Votorantim) propôs estender a suspensão
258 do pagamento dos demais usuários pagantes, caso não seja cumprida as pendências dentro desses
259 prazos. Foi aceita a sugestão, e no corpo da deliberação a ser encaminhada ao CEIVAP, haveria uma
260 cláusula que definiria com clareza esse aspecto. Dilma Pereira(ANA) lembrou que tudo que foi
261 acordado será objeto de deliberações, e propõe que as minutas terão que ser enviadas pra os
262 conselheiros até meados da próxima semana, para permitir que os conselheiros possam formar juízo
263 sobre a mesma. Urbano Patto(PM são José dos Campos) defendeu a criação de pequenas comissões
264 para elaborar essas propostas. Entretanto, Edison sugeriu que a questão a resolução seria elaborada no
265 âmbito do Escritório Técnico, aberta a participação de todos. O secretário Executivo retomou a questão
266 da votação do plano. Patrícia Bosón argumentou que não estaria sendo contemplado no plano ações de
267 investimento previstas no PQA de Minas e de São Paulo. Jander argumentou que o que está sendo
268 definido é fruto das prioridades definidas naquela época. Logo, os demais integrantes da COPPE(Rosa,
269 Flávio e Patrick) passaram a argumentar nessa mesma linha. Em face das divergências, o
270 encaminhamento proposto pelo Secretário Executivo foi que o plano fosse aprovado com o
271 compromisso de rever 100% do programa de investimento no prazo de 3 meses, contados a partir do
272 dia 17. Essa proposta foi então aprovada. O Secretário Executivo passou ao encerramento dos
273 trabalhos, quando Jander pediu a palavra para dizer que esse pedido de revisão do plano de
274 investimentos deveria ter sido colocado no início do processo, o que teria evitado todo o
275 questionamento surgido, uma vez que o que foi colocado no plano é o que estava no plano de
276 investimento anteriormente aprovado. O trabalho foi encerrado as 18:45.